

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.300 - RJ (2019/0148710-5)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA E OUTRO(S) -
RJ110501
PATRICIA SHIMA - RJ125212
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO INVESTIMENTO
ADVOGADOS : RODRIGO CARDOSO FERNANDES - RJ119863
MARIANA DA SILVA CABRAL - RJ197537

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 55-56):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CEDAE. CONSUMIDOR. SÚMULA 302 DO TJRJ. PREVENÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. DECISÃO QUE HOMOLOGOU OS CÁLCULOS DO PERITO. RECURSO INTERPOSTO COM O OBJETIVO DE FAZER INCIDIR NO CONSUMO DO CONDOMÍNIO A TARIFA PROGRESSIVA. REJEIÇÃO. EMBORA SE RECONHEÇA A LEGITIMIDADE DA COBRANÇA DA TARIFA PROGRESSIVA, NA FORMA DAS SÚMULAS 82 DESTE TJRJ E 407 DO E. STJ, ESTA FORMA DIFERENCIADA DE COBRANÇA DEVE SER APLICADA SEGUNDO O CONSUMO APURADO POR ECONOMIA. CONDOMÍNIO CUJA MEDIÇÃO É REALIZADA ATRAVÉS DE UM ÚNICO HIDRÔMETRO. APLICAÇÃO DA TARIFA PROGRESSIVA QUE DEVE OBSERVAR A MÉDIA DO CONSUMO A SER AFERIDA A PARTIR DA DIVISÃO DO MONTANTE TOTAL PELO NÚMERO DE ECONOMIAS. INTELIGÊNCIA DO CONTIDO NO ARTIGO 96 DO DECRETO ESTADUAL 553/76. PRECEDENTES DESTE TJRJ. NA ESPÉCIE, NÃO HÁ COMO SE FALAR EM APLICAÇÃO DA TARIFA PROGRESSIVA, HAJA VISTA QUE A SENTENÇA A SER LIQUIDADA PONTUOU QUE O VALOR DEVIDO PELO CONDOMÍNIO SERIA O CORRESPONDENTE AO EFETIVO CONSUMO, CALCULADO ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO ENCONTRADA NO HIDRÔMETRO. COMO SE SABE, NO PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA É VEDADO A MODIFICAÇÃO DO TÍTULO. RECURSO A QUE SE

NEGA PROVIMENTO."

Da análise dos autos, verifica-se que a discussão envolve a legalidade da cobrança de tarifa progressiva no consumo de água em condomínio.

Nos termos do art. 9º, *caput*, do RISTJ, a competência das Seções e das respectivas Turmas do Superior Tribunal de Justiça é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

No caso, considerando a natureza da relação jurídica litigiosa entendo que a questão entrelaça-se com matéria de competência de uma das Turmas que compõem a Primeira Seção, conforme orientação do art. 9º, § 1º, inciso X, do Regimento Interno do STJ.

A propósito, confirmam-se os seguinte julgados das Turmas integrantes da Primeira Seção do STJ, em que foi apreciado casos semelhantes:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. CONDOMÍNIOS. CONSUMO. CÁLCULO. CONSUMO REAL AFERIDO.

1. Decorre o recurso especial de demanda objetivando recálculo do consumo dos condomínios, aplicando-se a tabela progressiva com base no consumo total de água registrado no hidrômetro, dividindo-se tal consumo pelo número de condôminos apenas e tão somente para o fim de enquadramento na faixa de consumo prevista na referida tabela.

2. O TJ/PR manteve a sentença de improcedência do pedido pelo fundamento de que não há previsão legal da incidência do encargo na forma híbrida pleiteada, de modo a proceder a divisão da tarifa de água por cada condômino com base no consumo real averiguado no único hidrômetro existente, e, ao mesmo tempo, enquadrá-los nos patamares iniciais da tabela progressiva.

3. O acórdão recorrido não merece reparos, pois, conforme decidido pela Primeira Seção no julgamento do REsp 1166561/RJ, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 05/10/2010, "A cobrança pelo fornecimento de água aos condomínios em que o consumo total de água é medido por único hidrômetro deve se dar pelo consumo real aferido".

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1745659/PR, Rel. **Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES**, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 16/09/2019 - grifou-se)

"CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. TARIFA MÍNIMA MULTIPLICADA PELO NÚMERO DE UNIDADES AUTÔNOMAS (ECONOMIAS). EXISTÊNCIA DE ÚNICO HIDRÔMETRO NO CONDOMÍNIO. TEMA 414/STJ. DANO MORAL. SÚMULA 7/STJ. SÚMULA 284/STF.

1. Trata-se, na origem, de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica c/c Revisional de Débito por meio da qual a parte recorrida questiona a interrupção do fornecimento de água em sua residência desde julho de 2009 e a existência de débito no valor de R\$ 15.410,77 (quinze mil, quatrocentos e dez reais, setenta e sete centavos) relacionado ao período de 1995 até o ajuizamento da ação.

Afirma que "não obstante a existência de hidrômetro sob o nº A96S276438 na unidade consumidora, a ré insiste na cobrança faturada pelo mínimo multiplicada pelo nº de economias, considerando 03 (três) domicílios, o que equivale a uma forma de cobrança por estimativa".

2. A sentença julgou procedente a ação para: a) declarar a inexistência do débito relativo ao período em que houve a suspensão do fornecimento; b) reconhecer a prescrição e, portanto, inexigibilidade das prestações vencidas nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004; c) declarar a nulidade da cobrança realizada pelo consumo mínimo considerando o número de economias, determinando a revisão das cobranças exigíveis pelo valor aferido pelo hidrômetro dividido pelo número de economias; d) condenar o réu ao pagamento da indenização por danos morais no valor de RS 1.000,00 (mil reais); e) imputar ao réu a obrigação de fazer de proceder ao parcelamento de débito em nome do consumidor em cinco anos, de acordo com a Lei 4.339/2004.

3. No Tribunal de origem, o Relator deu provimento à Apelação para afastar a prescrição das parcelas vencidas entre 2001 e 2004, o que foi mantido pelo Colegiado.

4. A parte recorrente alega, de forma genérica, violação ao art. 535 do CPC/1973 sem especificar quais foram as questões omissas, contraditórias ou obscuras que justificam a integração do acórdão recorrido. Incide, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF, segundo a qual "é inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". 5. Constato que não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil/1973, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando

as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007.

6. Ademais, não foi apresentado no Recurso Especial qual dispositivo de lei federal teria o acórdão recorrido violado. Apenas se afirmou a legalidade da cobrança e o benefício financeiro ao consumidor pela aplicação da tarifa por economia em relação à tarifa progressiva, atraindo, em razão da deficiência na fundamentação recursal, a incidência da Súmula 284/STF.

7. Quanto ao tema de fundo, a parte recorrida, embora reconheça a existência de débito e de faturas abertas em relação aos serviços prestados pela parte recorrente, questionava os critérios utilizados para a fixação do valor cobrado pela concessionária, o que ensejou a suspensão dos serviços.

8. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp Repetitivo 1.166.561/RJ (Tema 414), firmou entendimento de não ser lícita a cobrança de tarifa de água no valor do consumo mínimo multiplicado pelo número de economias existentes no imóvel, quando houver único hidrômetro no local. Nesse mesmo sentido: AgRg no AREsp 208.243/RJ, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 21/3/2016; AgRg no AREsp 808.538/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 1/3/2016; AgRg no AREsp 353.569/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 26/9/2013; EDcl no AREsp 287.864/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/4/2013.

9. O acórdão recorrido, com fundamento no acervo fático-probatório dos autos, concluiu pela existência de danos morais, em razão da abusividade da cobrança perpetrada pela concessionária, bem como pela indevida interrupção do serviço. Portanto, infirmar as conclusões do julgado e afastar a condenação, tal como pretendido pela parte agravante, exige incursão na seara fático-probatória, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ. Nesse sentido: AgRg no AREsp 395.302/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 3/12/2015; AgRg no AREsp 752.030/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/11/2015; AgRg no AREsp 559.865/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2014.

10. Somente em hipóteses excepcionais, quando estiver evidente que os danos morais foram fixados em montante irrisório ou exorbitante, é possível ao STJ rever o valor arbitrado pelas

Superior Tribunal de Justiça

instâncias ordinárias com esteio nos deslindes fáticos da controvérsia. No caso dos autos, os danos morais foram fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais), mostrando-se adequado e razoável, segundo as especificidades do caso concreto.

11. Recurso Especial conhecido em parte e, nessa extensão, não provido.

(REsp 1767701/RJ, Rel. **Ministro HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 17/12/2018 - grifou-se)

Nessas condições, **determino** a redistribuição do presente feito a um dos eminentes Ministros integrantes da Primeira Seção do STJ, conforme o art. 9º, § 1º, VIII, do RISTJ.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator